

## O PAPEL DAS MULHERES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: SABERES, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA

## THE ROLE OF INDIGENOUS WOMEN IN THE AMAZON: KNOWLEDGE, EDUCATION, AND RESISTANCE

## EL PAPEL DE LAS MUJERES INDÍGENAS EN LA AMAZONÍA: CONOCIMIENTOS, EDUCACIÓN Y RESISTENCIA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-058>

**Data de submissão:** 06/07/2025

**Data de publicação:** 06/08/2025

**Ernandes Herculano Saraiva**

Mestre em Segurança Pública Cidadania e Direitos

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas

E-mail: ehs.advogado@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4548-5884>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6992350617535605>

**Pérsida da Silva Ribeiro Miki**

Doutora em Educação

Instituição: Universidade São Francisco

E-mail: persidamiki@ufam.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3684-681X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7439443236145560>

### RESUMO

Este artigo busca refletir sobre o papel das mulheres indígenas na Amazônia, com ênfase nos saberes ancestrais e o protagonismo que exercem na luta por educação como forma de resistência social, cultural e política. Trata-se de um estudo qualitativo, apoiado na pesquisa bibliográfica e fundamentado nos escritos de Tores (2005; 2007), Silva (2022); Alburquerque; Buecke (2020) dentre outros. O estudo apontou que as mulheres indígenas desde os processos de colonização e ocupação territorial brasileira, enfrentam múltiplas formas de violência de gênero, étnica, simbólica, etc. Entretanto, estas desempenham papéis fundamentais na organização social, na divisão do trabalho, na cultura e transmissão de saberes ancestrais; bem como na preservação das identidades indígenas. Ao evidenciar o protagonismo das mulheres indígenas na luta pela educação formal, percebe-se que esta tem sido uma ferramenta estratégica de resistência e afirmação em defesa de seus territórios, línguas, culturais, história, ancestralidades, modos de vida, e direito de existir.

**Palavras-chave:** Mulheres Indígenas. Saberes. Educação. Resistência Amazônica.

### ABSTRACT

This article seeks to reflect on the role of indigenous women in the Amazon, with an emphasis on ancestral knowledge and the leading role they play in the struggle for education as a form of social, cultural, and political resistance. This is a qualitative study, supported by bibliographic research and based on the writings of Tores (2005; 2007), Silva (2022), Alburquerque, Buecke (2020), among others. The study pointed out that indigenous women, since the processes of colonization and Brazilian

territorial occupation, have faced multiple forms of gender, ethnic, symbolic, and other forms of violence. However, they play fundamental roles in social organization, the division of labor, culture, and the transmission of ancestral knowledge, as well as in the preservation of indigenous identities. By highlighting the leading role of indigenous women in the struggle for formal education, it is clear that this has been a strategic tool for resistance and affirmation in defense of their territories, languages, cultures, history, ancestry, ways of life, and right to exist.

**Keywords:** Indigenous Women. Knowledge. Education. Resistance Amazonia.

## RESUMEN

Este artículo busca reflexionar sobre el papel de las mujeres indígenas en la Amazonía, con énfasis en los conocimientos ancestrales y el protagonismo que ejercen en la lucha por la educación como forma de resistencia social, cultural y política. Se trata de un estudio cualitativo, basado en la investigación bibliográfica y fundamentado en los escritos de Tores (2005; 2007), Silva (2022); Alburquerque; Buecke (2020), entre otros. El estudio señaló que las mujeres indígenas, desde los procesos de colonización y ocupación territorial brasileña, enfrentan múltiples formas de violencia de género, étnica, simbólica, etc. Sin embargo, desempeñan papeles fundamentales en la organización social, la división del trabajo, la cultura y la transmisión de conocimientos ancestrales, así como en la preservación de las identidades indígenas. Al evidenciar el protagonismo de las mujeres indígenas en la lucha por la educación formal, se percibe que esta ha sido una herramienta estratégica de resistencia y afirmación en defensa de sus territorios, lenguas, culturas, historia, ancestralidades, modos de vida y derecho a existir.

**Palabras clave:** Mujeres Indígenas. Conocimientos. Educación. Resistencia Amazonas.

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia Legal, oficialmente instituída pela Lei n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953, é um território que abrange nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (parcialmente), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Com uma extensão territorial de aproximadamente 5.015.068,18 km<sup>2</sup>, ela representa cerca de 58,9% do território nacional (IBGE, 2022). É uma região que mobiliza os interesses da exploração capitalista, que avança sua biodiversidade e sobre a vida dos povos que a habitam.

Nesse território, que abriga uma diversidade biológica e cultural, habita populações originárias e tradicionais, contém a maior concentração de terras indígenas do país e um imenso mosaico de etnias indígenas, que desempenham um papel fundamental na conversação dos ecossistemas e da floresta amazônica. Ao mesmo tempo em que lutam pelo direito à educação pública formal, como forma de resistência para manter viva sua ancestralidade, saberes e cultura, portanto, para se manterem vivos enquanto grupos sociais diante da dominação hegemônica do capital e suas forças destrutivas.

É uma região que contrasta sua grande riqueza com situações drásticas que perpassam os interesses econômicos internacionais conflituosos e pelas políticas públicas, quase inexistentes na região, cuja principal consequência é uma situação permanente de exploração, miséria e baixa qualidade de vida do povo amazônida. (Souza; Colares, 2022, p. 5).

A Amazônia Legal abriga 867.900 indígenas, que representam 51,2% da população indígena total do Brasil, que é de 1.693.535 pessoas, sendo o Estado do Amazonas com maior concentração populacional, com cerca de 490,935 mil indígenas, representando 29% da população, com mais de 60 etnias reconhecidas e grupos indígenas isolados. Dentre as etnias destacam-se os: Ticuna, Yanomami, Sateré-Mawé, Baniwa, Baré, Desana, Kambeba, Kanamari, Korubo, Matsés, Marubo, Mura, Paumari, Kulina, Hupda, Tuyuka, Kubeo, Kaxinawá, Jiahui, Jarawara, Pirahã, Tenharim, Torá, Nadob, Makuna, Katuenayana, Karapanã, Kaixana, Kokama, Koripako, Lanawa, Maraguá, Miranha, Mirity-tapuya, Naduhup, Pira-tapuya, Siriano, Tarianas, Uanano, Uarequena, Waimiri-Atroari, Yuhupdeh e Zuruahã.

No Amazonas estima-se que a população indígena feminina seja de 244.198 mulheres, representando aproximadamente 49,74% da população indígena do estado, o que evidencia a importância das mulheres indígenas, não apenas em termos demográficos, mas também em seu papel social, cultural e político na região, e mais especificamente no estado do Amazonas.

Partindo desse pressuposto, este artigo busca refletir sobre o papel das mulheres indígenas na Amazônia, com ênfase nos saberes ancestrais e o protagonismo que exercem na luta por educação como forma de resistência social, cultural e política.

A produção deste artigo encontra-se vinculado a produção de uma tese de doutorado em andamento do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM), na Linha 1: Estado, Educação e Sociedade na Amazônia, contando com financiamento da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), na modalidade bolsa de pesquisa.

Trata-se de um estudo qualitativo, apoiado na pesquisa bibliográfica e fundamentado nos escritos de Tores (2005; 2007), Silva (2022); Alburquerque; Buecke (2020) dentre outros. Para tanto, o texto encontra-se organizado em quatro seções, sendo a primeira está parte introdutória, a segunda apresenta a metodologia empregada no estudo, a terceira discute a o lugar e o papel das mulheres indígenas, a quarta aborda a educação como formal de resistência social da mulher indígena amazônica. Por fim, tecer-se as considerações finais do estudo.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo apoiado na pesquisa qualitativa como eixo condutor do percurso metodológico, no qual Triviños (2009) destaca a importância desse tipo de pesquisa para explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais. De acordo com Minayo (2016, p. 21) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Para alcançar o objeto do estudo, utilizou-se a da pesquisa bibliográfica apoiada em Gil (2019), pois a produção científica como livros e artigos científicos, a partir dos escritos de Tores (2005; 2007), Silva (2022); Alburquerque; Buecke (2020) dentre outros autores, ajudaram na reflexão sobre o papel das mulheres indígenas na Amazônia, com ênfase nos saberes ancestrais e o protagonismo que exercem na luta por educação como forma de resistência social, cultural e política. Espera-se que o estudo possa contribuir com a produção e o campo de conhecimento de estudos sobre a mulher indígena que ainda carece de investigações.

## **3 MULHERES ÍNDIGENAS NA AMAZÔNIA: LUGAR E PAPEL**

A história do sujeito amazônico, principalmente das mulheres indígenas na Amazônia, é marcada pelo silenciamento e pelo apagamento da sua trajetória de resistência, saberes ancestrais e protagonismo social, cultural e político na historiografia, sendo fruto da expropriação delas e do território pelo capitalismo colonialista, pela dominação masculina europeia que sempre invisibilizou as mulheres no meio social.

O processo de colonização brutal (ocupação e dominação europeia) da Amazônia, profundamente marcado por várias formas de violência e pelo genocídio de milhares de povos indígenas, em detrimento do processo “civilizatório” imposto pelos colonizadores, relegou as mulheres indígenas, a uma posição de invisibilidade e subordinação na sociedades de classes, pelo modo de produção capitalista.

De acordo com Torres (2005), a cultura sexista e etnocêntrica europeia introduzida nesse contexto, desvalorizou o papel feminino nas comunidades indígenas, apagando sua importância histórica, social, simbólica e cultural. Esse apagamento contribuiu para a construção de estereótipos, para o fortalecimento de preconceitos sobre as mulheres indígenas amazônicas, e a negação de seu protagonismo.

Em consonância com esse pensamento, Silva (1997, p. 68) aponta que “as razões da colonização, além do estranhamento provocado pelo contato entre culturas e civilizações diferentes, incluíam a produção do racismo, da superioridade dos europeus, mesmo aqueles já miscigenados com outros grupos étnicos”.

Para essa autora, ao revisitarmos as marcas deixadas por um passado de opressão, nos deparamos com a continuidade do genocídio, da destruição e do saque dos direitos dos povos indígenas. Essas violências se apresentam de maneira mais estruturada, por meio de grandes empreendimentos capitalistas (agro-hidro-minério-negócio) que, sob o pretexto do desenvolvimento econômico, acabam aprofundando o genocídio de inúmeras comunidades indígenas em todo o território brasileiro, e consequentemente das mulheres indígenas amazônidas.

Concomitantemente a esse processo, a ocupação e dominação europeia da amazônica desenvolvida sobre um passado marcado por violências e exploração da vida e da natureza que vem ocorrendo desde o período colonial, houve também uma negação da ancestralidade, saberes, cultura, cosmologia e modos de vida indígena, em que seus direitos são questionados pelos representantes do capital. Essa dominação perpetua-se, pela apropriação/expropriação das terras indígenas e pela recusa na demarcação, justificada, sobretudo, em nome do progresso, da modernidade e do avanço tecnológico. E do qual decorre o assassinato lideranças indígenas, o envenenamento de seus rios, além da destruição do meio ambiente e da degradação de toda vida humana (Silva, 1997).

Com isso, no que tange à questão dos saberes dos povos indígenas, apesar de todos os obstáculos que enfrentam para vivenciar suas tradições culturais e modo de viver, ainda são um referencial de entendimento da conexão com as raízes de um povo que é predominantemente mestiço e convive com o apagamento de tudo que é contrário à cultura eurocêntrica. Nesse cenário de

resistência dos povos com tradições milenares, frisamos o papel da mulher nas sociedades indígenas, em especial no nosso campo de abordagem, o amazônico

O papel da mulher indígena nessa sociedade de classes e na Amazônia, foi negado e ocultado pela história escrita e contada pelos colonizadores. Nos escritos dos cronistas e missionários europeus, a sexualidade das mulheres indígenas causava desconforto nos aldeamentos. Por isso, sua representação nas fontes jesuítas está carregada de ideias de pecado, perdição e temor. O comportamento feminino era alvo de atenção especial nas missões, devido ao suposto risco que representava ao pudor dos próprios religiosos. Diversas condutas e práticas foram, assim, impostas com o objetivo de vigiar e reprimir costumes considerados fontes de tentação. Os escritos inacianos revelam, com frequência, a constante preocupação dos missionários em relação a esse tema. Desse modo, os perigos atribuídos à sexualidade das indígenas transformaram os aldeamentos em espaços de tensão e conflito. A mulher indígena, vista como possível causa de perdição, passou a ser tratada como culpada, devendo, portanto, ser evitada e controlada. Muitos desses processos de negociação, marcados por tensões e incompREENsões, instituíram ressignificações nos modos de vida tradicionais que afetaram diretamente as mulheres indígenas, tanto nos seus papéis sociocultural e econômico quanto em sua identidade (ARENZ; GAIA, 2019).

Sobre isso, Torres (2005) adverte que ao contextualizarmos o espaço dessas mulheres, estamos evidenciando uma vivência que é marcada pelo segregacionismo a subordinação, sexualização, desrespeito e resistência. São mulheres da Amazônia profunda que, em razão da colonização, tiveram seus saberes desvalorizados e apagados no campo da ciência ocidental, conduzida pelos homens brancos da classe dominante.

Essa carga discriminatória que afeta profundamente a imagem da mulher amazônica não deixa de ser um determinado tipo de violência contra a nativa. Esse quadro de violências que os povos amazônicos vivenciam atravessou a sociedade colonial e o período pós-independência do Brasil é até os dias atuais. A incorporação da Amazônia ao Império do Brasil (1823) não alterou, na prática, a imagem da índia, que continuou a ser vista como um ser exótico. A colonização é um processo material e ó simbólico, pois o sistema de ideias que a sustenta só sobrevive por intermédio da representação simbólica que subjaz a ela. A exploração econômica de um determinado território é vinculada a uma rede de símbolos que envolve valores, instituições e modos de vida (TORRES, 2005, p. 67).

Esses paradigmas preconceituosos e misóginos direcionados à mulher indígena foram construídos no período de colonização da Amazônia, no qual se disseminou uma imagem de desmoralização da mulher indígena, associando-as à promiscuidade sexual e à prostituição. Quando a realidade foi a implantação de uma ideologia religiosa, patriarcal e eurocêntrica que colonizou a Amazônia.

Esses resquícios de colonização são observados nos dias atuais em que se perpetua a exploração econômica das terras indígenas, do não reconhecimento de seus saberes e da erotização e exploração da mulher indígena, que é minoritária nos espaços educacionais de prestígio, tal como em cargos de alto nível hierárquico que são ocupados por mulheres brancas, pois “a própria ciência se encarregou de legitimar o preconceito e a descriminação em relação às minorias sociais, inclusive as mulheres, na medida que busca fundamentar a negação do outro” (TORRES, 2005, p. 79).

Nesse sentido, de acordo com Silva (2022), é necessário um olhar sob a perspectiva dos povos ancestrais, sem influências dos estereótipos do homem branco. Dentro da sociedade indígena, o papel da mulher é marcado por sua grande contribuição como guardiãs dos saberes tradicionais, haja vista que esses conhecimentos se conectam em diferentes aspectos. Entre esses, destacamos os ecológicos e os da biodiversidade de seus territórios, ou seja, práticas que mantêm o equilíbrio e manutenção de suas comunidades, famílias e com a natureza. Logo, buscam respeitar, por meio de relações profundas, sobretudo pelos saberes e crenças ancestrais, a conexão com o equilíbrio universal através dada sociabilidade. Sob essa ótica, ressalta-se que:

Diversas pesquisas etnográficas têm demonstrado o quanto as mulheres indígenas são as principais detentoras dos conhecimentos especializados e técnicas relacionados à agricultura, à domesticação das plantas cultivadas e não cultivadas em seus territórios - sobretudo no que se refere ao cultivo e uso das plantas medicinais -, à salvaguarda e circulação das sementes tradicionais, aos cuidados com o corpo e com a terra, entre outras práticas específicas, sendo também responsáveis pela gestão e transmissão desses conhecimentos às novas gerações (SILVA, 2022, p. 510).

Esses conceitos são observados em diversas sociedades indígenas em que as mulheres desempenham papéis fundamentais em suas tribos e etnias, sendo responsáveis por transmitir os saberes ancestrais às novas gerações, além dos aspectos da divisão sexual do trabalho. Ao frisar as sociedades indígenas amazônicas, o gênero determina as posições ocupadas por homens e mulheres no cenário social em que atuam. (Torres, 2007).

Dessa forma, homens e mulheres desenvolvem atividades baseadas em valores ancestrais e milenares que instituem o seu terreno cultural: a mulher representa um símbolo de feminilidade: assim, o trabalho é visto como um fator de maturidade e de desenvolvimento social dentro da comunidade. No caso da etnia Ticuna, por exemplo, Torres (2007) expõem que as mulheres só são liberadas do sistema de trabalho após 60 anos. Tal trabalho consiste na organização de ajuris, <sup>1</sup>ações coletivas que mobilizam várias pessoas para o plantio e colheita, visando ajudar uma família com dificuldades para conseguir alimentos e recursos. Após os 60 anos de idade, as mulheres passam a ocupar a posição de

<sup>1</sup> Mutirão coletivo que envolve toda a comunidade na realização de trabalho nas comunidades amazônicas

conselheiras, professoras e instrutoras, a fim de evitar situações de conflitos na comunidade e até mesmo possíveis guerras.

Além disso, o autor (2007) enfatiza que, na etnia Ticuna, as mulheres também são as responsáveis pelo plantio, colheita de malva piaçava, lavagem de juta e confecção dos recipientes de cerâmica, pois a argila representa a terra, a feminilidade. Esses aspectos de trabalho e da relevância feminina indígena são observados em diferentes tribos amazônicas.

Nesse caso, a mulher indígena se difere do contexto patriarcal do homem branco, que restringe, proíbe e coloca suas mulheres em posições inferiores. Nas sociedades indígenas, é evidente que o papel da mulher não tende a inferiorizá-la e impedir o seu acesso a campos de poder, visto que em diferentes sociedades indígenas o papel feminino é reconhecido pela grande relevância social e cultural destinada à sobrevivência de saberes ancestrais.

Ao contextualizar a realidade de outra tribo amazônica, os Tuyuka, da região de São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas, é possível perceber que as mulheres desempenham um papel fundamental nessa sociedade, pois elas são as responsáveis pela roça, produção de verduras, legumes e chás medicinais que são transmitidos em suas receitas por gerações. Araújo e Junior (2022, p. 56) expressam a realidade dos povos do Alto Rio Negro no período colonial e seus impactos nas sociedades indígenas. Após esse contato:

Longe dessas disputas dos povos do antigo mundo, os indígenas do Alto Rio Negro já praticavam sua agricultura e comércio com uma filosofia que não lembrava nenhum pouco a ambição dos brancos em relação ao que era produzido. A distribuição comunal de tudo que era produzido dentro das tribos deixava clara a preocupação com o grupo e o bem-estar de todos, como no caso do povo Tuyuka, originário da região da cachoeira Yurupari (localizada no alto rio Uaupés, na Colômbia), quando o excedente era trocado com artefatos de necessidade com outras tribos caracterizando uma relação de produção (ARAÚJO; JUNIOR, 2022, p. 56).

Essas sociedades se relacionavam de forma diferenciada da atual ótica contemporânea, sobretudo pelas formas comunais de dividir tudo o que era produzido, visando o bem-estar de todos os integrantes. Nessa conjuntura, por serem descendentes desses povos, na realidade da tribo Tuyuka, as mulheres possuem uma profunda ligação com a terra, implicando o desenvolvimento do plantio e da colheita. Assim, por serem responsáveis pelas roças, tais mulheres desenvolveram uma visão apurada das áreas de terra que devem ser usadas para o cultivo e posteriormente uma boa colheita (ARAÚJO; JUNIOR, 2022).

Nesse contexto, a mulher indígena, desde o período colonial, em diferentes sociedades tribais participouativamente do trabalho, desempenhando atividades consideradas pesadas até mesmo para os europeus, conforme a abordagem de Torres (2007, p. 471):

No século XIX, Lourenço da Silva Araújo e Amazonas admoestava a sociedade branca afirmando que as mulheres índias não diferiam em qualidades morais em relação aos homens. Dotadas de um talento natural que parecia suprir a falta de educação formal, “as mulheres desempenham seu sublime ministério sobre a terra em companhia do homem [...], por sua ternura de indígena ao pé do berço de sua prole, e ela instintiva e angélica devoção em compartilhar a dor do que sofre”.

Com isso, é evidente que, sob um olhar diferente da concepção ocidental eurocêntrica, vemos que os povos indígenas, no que concerne à questão da mulher, revelam sua participação notável como trabalhadora cujo papel requeria força física, tal como a preparação e capinação do roçado para o plantio, conhecimentos apurados da terra, plantas e no desenvolvimento de chás medicinais, artesanato e planejamento de ações que viam suprir a necessidade de todos em suas tribos.

Por conseguinte, o papel feminino da mulher indígena como mãe é evidenciado pelo cuidado com a criança em casa, enquanto o pai nesse momento se encarrega da responsabilidade da roça. A cozinha nativa também é destacada como papel da mulher indígena: “Era a cunhã quem repassava, primeiro às suas filhas e depois aos estrangeiros, os saberes necessários, numa época em que saber o que era comestível significava sobrevivência” (ALBURQUERQUE; BUECKE, 2020, p. 20). Nesse sentido, salienta-se ainda que:

[...] a relação alimentar estabelecida entre nativos e europeus demonstra, de um lado, a resistência dos silvícolas em abrir mão dos seus saberes, uma vez que as marcas da cozinha amazônica, do século XVIII, ainda estão presentes nos hábitos alimentares no norte do Brasil nos dias atuais. Por outro lado, revela a dependência dos adventícios em relação aos nativos já que não era possível manter aqui os mesmos hábitos alimentares que tinham em suas terras de origens em que as condições naturais da região e os costumes endêmicos produziam alimentos totalmente desconhecidos por eles (ALBURQUERQUE; BUECKE, 2020, p. 20.).

Desse modo, os ensinamentos alimentares das mulheres indígenas são saberes que permanecem desde o período colonial e que se mostraram essenciais na sobrevivência dos europeus no Novo Mundo. Além disso, há a adaptação à culinária indígena, que é vista até os dias atuais, essencialmente na região Norte, cuja influência na culinária local é majoritária, com pratos oriundos da cozinha dos povos originários e que sobreviveram à opressão e exclusão do período colonial, sobretudo por fazer os colonizadores se adaptarem a alimentos que eram desconhecidos na Europa. Ademais, evidencia-se a medicina das plantas, com chás, recorrentemente utilizados no tratamento de doenças e na fabricação de remédios pela indústria farmacêutica.

Sob esse contexto, nas sociedades tradicionais, as filhas mulheres eram ensinadas aos ofícios por suas mães, enquanto os filhos homens, pelos pais. Nesses dois casos o principal conceito desenvolvido é a liberdade concedida, o desenvolvimento da autonomia, marcando assim um processo

educativo que não restringe nem repreende a criança, mas lhe mostra o respeito à individualidade e às possíveis consequências de seus atos caso haja infração das regras da comunidade à qual pertencem

Contudo, as práticas destacadas, apesar de ainda presentes em espaços indígenas que ainda hoje lutam pela continuação de suas tradições, passaram por um período de colonização que marcou negativamente a imagem desses povos, sobretudo das mulheres indígenas e do seu papel em suas comunidades. Tal imagem construída pelo homem branco, lhe caracterizou como uma figura disponível sexualmente e para comércio da prostituição. Nessa perspectiva, entende-se que:

A etnologia produzida no Brasil não só tem explorado pouco a temática de gênero, como tem se caracterizado, nas últimas décadas, por um olhar e um tipo de abordagem muito determinado pelos conceitos ocidentais de gênero. Essa perspectiva homogeneizadora desconsidera as culturas locais, as cosmologias de cada povo e as configurações de gênero nas matrísticas mitológicas. Essa forma linearizante escamoteia e mascara as construções de gênero no contexto indígena. A ratio cartesiana não alcança as sociedades indígenas, não explica as diferenças, a sociodiversidade. Ou seja, não ilumina essa realidade tão diversa e diferente. Os povos indígenas veem o mundo e as coisas da vida através das lentes de seus saberes e conhecimentos tradicionais densos de representações simbólicas, baseadas em uma cosmologia mítica, de onde retiram as verdades que norteiam seus modos de vida. O decreto nº 6.040/2007 reconhece que os povos indígenas são “culturalmente diferentes [...]. Possuem formas próprias de organização social [...] utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (SILVA; TORRES, 2024, p. 268).

Logo, resquícios de um olhar construído sob a ótica eurocêntrica desconsideram as culturais locais amazônicas nos estudos de gênero, principalmente no que tange às demais características das mulheres indígenas como guardiãs dos conhecimentos ancestrais, das técnicas de plantio, colheitas e uso de ervas medicinais, levando-os à desmoralização e ao esquecimento.

Ressalta-se, um olhar marcado por esse processo colonizador e sobretudo pelo capital que reduz a mulher indígena a estereótipos que hoje ainda marcam o campo de pesquisas sobre a questão do gênero o feminino. No caso das mulheres, a desmoralização e a invalidação são marcas da mitigação dada influência feminina nas comunidades indígenas, instituindo uma nova concepção patriarcal, de submissão, obediência e castigos em casos de desobediência aos padrões de comportamento eurocêntricos, agora instalados na nova colônia brasileira.

Tal concepção é abordada por Torres (2005) ao destacar o mito das guerreiras Amazonas no contexto do conflito entre brancos e indígenas, o qual, chegando ao velho continente europeu, buscou diminuir os atributos femininos das nativas:

Foi num desses conflitos entre a tropa de Orellana e os indígenas que os espanhóis teriam conhecido as mulheres guerreiras, transformadas por eles em Amazonas. O cariz de dominação do espírito europeu presente na narrativa de Carvajal sustenta o feito de que mesmo cansados, doentes e debilitados em suas forças, em função da carência alimentar que enfraqueceu toda a tripulação na longa viagem, os 59 homens derrotaram as índias guerreiras. Note-se que essas

índias destras na flecha, bem alimentadas, bonitas, com trajes físicos bem desenhados e sobejamente preparadas para a guerra teriam sido vencidas por um punhado de homens fracos e famintos (TORRES, 2005, p. 46).

Nesse aspecto, é notória a insatisfação dos homens europeus com a mudança de papéis entre os gêneros nas sociedades indígenas, que não reprimiam suas mulheres a posições inferiorizadas; pelo contrário, conforme vimos anteriormente.

Tal perspectiva de contribuição feminina, porém, não era aprovada pelos homens europeus, e esse contato entre culturas logo lhes causou medo numa possível reversão de papéis entre os gêneros na nova terra, o que lhes faria perder a posição de líderes, controladores da sociedade, economia e cultura:

A possibilidade de reversão dos papéis sexuais representou uma ameaça ao mundo masculino no período renascentista. As Amazonas encarnam o único tipo de mulher que goza de liberdade e condições de igualdade com o homem na literatura imaginária da Alta Antiguidade Clássica. Sem perder a estrutura do mito clássico, outros elementos foram introduzidos para incrementar e dar pujança a superioridade masculina. E assim que as Amazonas passaram por um processo de masculinizarão na literatura renascentista, tanto na aparência quanto na sua sexualidade supostamente confusa [...] (TORRES, 2005, p. 48).

Por meio desses aspectos, no que concerne à mulher indígena, constata-se que o colonizador logo buscou se sobressair aos povos originários e temia a liberdade que as mulheres possuíam dentro das comunidades tradicionais, visto que era notório um processo de desmoralização da cultura, religião e modo de vida dos povos originários. Além disso, se destaca a justificativa de “civilizar” os ditos selvagens por meio da conversão à fé cristã, demonizando suas crenças, ritos e tradições. No caso das mulheres originárias da floresta, pressas resistem desde o período colonial à opressão dos padrões europeus que buscaram:

A recriação desse mito no vale amazônico é bem mais grotesca. A célula original e atingida na sua medula, que é destreza e a habilidade das amazonas para o combate. A cisão de gênero reside no fato de a história oficial ter atribuído uma vitória assaz impossível a um grupo de homens, organicamente enfraquecidos, apresentando uma justificativa piegas e apelativa para a derrota das doze mil guerreiras. O relato de Carvajal deixa claro que os espanhóis contaram com a proteção de Deus na conquista de povos e territórios bárbaros. Mas, o que estava por trás dessa recriação social? Que interesses concorreram para destacar ou fazer festejar algum aspecto da célula mítica original do mito das Amazonas? (TORRES, 2005, p. 48).

Esse processo, a constituição do poder masculino do colonizador na Amazônia se preocupou em estabelecer sua ótica patriarcal, misógina e de subordinação das mulheres, principalmente desvalorizando a cultura local e instituindo o modo de viver europeu. A religião se destacou como uma grande arma de civilizar e reprimir as crenças consideradas demoníacas e pagãs.

Com isso, a religião se fortificou no Novo Mundo, particularmente na Amazônia, com a mesma influência que exercia na Europa, expandindo também os comportamentos morais cristãos que relegava as mulheres a condições de subordinação e repressões de posturas consideradas impróprias. Logo, condenou-se o modo de viver das mulheres indígenas, que não usavam vestimentas e possuíam mais autonomia que as europeias, conforme frisamos anteriormente.

Essas repressões perpetuaram a perda da cultura e modos de viver tradicionais, marginalizando as contribuições e o papel feminino das mulheres, que logo passaram a servir como mão de obra de reprodução e sexualização para os homens brancos. Contudo, essas questões de exploração, defloramentos de jovens indígenas e maus tratos não eram evidenciados pela igreja como pecados, visto que o colonizador praticava atos que não ousariam praticar na Europa (TORRES, 2005).

Outrossim, a religião foi estabelecida como uma necessidade básica essencial para a sobrevivência, por isso: “o trabalho da catequese foi notável na instrução dos habitantes da Amazônia no século XVII e XVIII” (ALBURQUERQUE; BUECKE, 2020, p. 19). Não obstante, nesse panorama, apesar das grandes restrições, apagamento cultural, exclusão e exploração, as mulheres indígenas que sobreviveram ao processo colonial de conversão a uma nova fé e demonização de suas crenças continuam hoje mantendo sua conexão com o eterno feminino:

As mulheres da floresta têm uma conexão profunda com a terra/floresta/água como a sua casa, o seu lugar, o seu pertencimento. Uma relação com o eterno feminino, uma força vibracional que vem da sua experiência com a terra, lembrando o cheiro e o tato da sua ancestralidade. Este cheiro, este tato, paladar, visão e audição, que vêm de suas ancestralidades, são evocados nas narrativas, nos mitos, nos arquétipos das aquarelas, dos colibris, das cascatas, do arco-íris, enfim, do eterno feminino, húmus que exala energia de força, coragem, uma espécie de chacra vibracional que ilumina as mulheres e revive nelas suas ancestralidades. O eterno feminino é uma energia cósmica que vibra nas práticas sociais das mulheres da floresta (TORRES; SILVA, 2024, p. 27).

No panorama amazônico, as práticas descritas sobre o papel feminino na perspectiva indígena são frisadas também pelo cuidado com a natureza, vista como um organismo vivo, pois as atividades desde exploração, como o plantio e a coleta, são feitas sem agressão ao solo, dando-lhe tempo de repouso para o próximo período de plantações. Assim, os povos indígenas amazônicos, diferentemente da ótica do homem branco, almejam a floresta de pé, os rios limpos, os animais longe da extinção, porém, na visão eurocêntrica, esses aspectos são um problema desde o período colonial:

Os índios da Amazônia passaram a se constituir em problema quando foram definidos seres opostos ao colonizador, como seres que tiveram a sua humanidade posta em dúvida até vislumbrar-se, mediante um utilitarismo até certo ponto convicto, a possibilidade de eliminação da diversidade étnica dos povos amazônicos, como solução para a escassez de mão de obra, para a formação das populações regionais, para modelagem das identidades nacionais, para constituírem-se em parâmetro oposto das modernas civilizações (SILVA, 1997, p. 88).

Nesse véis, é notória a imposição de um padrão de civilidade europeia que coordenava tudo o que era diferente de seus modos de vida. Assim, estabeleceu-se uma supremacia de dominação racial que colocou os padrões sociais do homem branco como modelo a ser seguido, enquanto o diferente, os saberes dos povos originários, foi desvalidado e chegou à conjuntura atual sob a violência de constantes genocídios em prol do desenvolvimento do capital, sobretudo na Amazônia em que a exploração de minérios foi um dos principais motivos de ataques, mortes e expulsão de tribos indígenas de suas terras. Nessa constante luta em busca de sobrevivência, as mulheres indígenas vêm demonstrando sua resistência:

[...] dos Estados Nacionais e do domínio do capitalismo global, mulheres indígenas de diversos povos e etnias tem assumido o protagonismo nesta disputa cosmopolítica e onto-epistemológica frente ao paradigma de desenvolvimento do pensamento ocidental, colonial, andro e eurocêntrico, que está nas raízes das práticas (necro) políticas e econômicas que subalternizam povos e exploram o que denominam "recursos naturais". A partir de suas cosmovisões e saberes ancestrais, de um paradigma de envolvimento, estas mulheres vêm semeando estratégias de enfrentamento às investidas locais e global do domínio colonial e patriarcal cuja lógica estrutural está ancorada na homogeneização e esterilização da continuidade da vida em seus corpos, em suas coletividades e em seus territórios (SILVA, 2022, p. 512).

Dessa forma, as mulheres indígenas são um pilar na resistência contra a expansão do capital e na luta contra a perpetuação da negação de direitos sociais aos povos originários, pois possuem na sua relação com o meio ambiente um ponto de referência que é balanceado com suas próprias vidas. Isto é, se a natureza vai bem, suas vidas também irão, mas, se há perigo, significa que todos estão em perigo; “tem estreita conexão com o conceito de equilíbrio que envolve a relação mulher terra, terra vida, homem mulher e homem natureza” (TORRES, 2007, p. 350).

#### **4 A EDUCAÇÃO COMO FORMAL DE RESISTÊNCIA SOCIAL DA MULHER INDÍGENA AMAZONIDA**

Durante muito tempo, os povos indígenas foram submetidos a um sistema educacional opressor imposto pelos jesuítas, e posteriormente pelos não indígenas. Esse modelo de ensino, padronizado e desconsiderando as especificidades culturais dos povos originários, atuou como um instrumento de controle social e apagamento da memória ancestral indígena, tendo implicações na desvalorização de suas tradições, saberes e identidades.

A educação durante o período colonial se apresenta como uma ideologia, forma de poder e dominação indígena, causadora de grandes desigualdades no processo educacional. Apesar das intensas lacunas históricas, nos dias atuais, evidencia-se que os povos indígenas vêm lutando pelo

acesso à escolarização para a construção de uma educação que respeite suas identidades culturais, saberes e ancestralidades.

Conforme abordou-se anteriormente, as mulheres indígenas, desde o período colonial, vivenciam as violências físicas e simbólicas desse momento histórico. Todavia, em diferentes povos e etnias há resistência feminina diante dessas imposições e situações de desigualdade social e educacional.

Nesse sentido, na luta dos povos indígenas não pode ser desconsiderada o protagonismo das mulheres indígenas. Por isso, é importante discutir a presença das mulheres indígenas em outros espaços como o campo acadêmico, evidenciando seu protagonismo na luta pelo direito à educação formal escolarizada (básica e superior), como forma de resistência social, cultural e política, diante do avanço das forças destrutivas do capital e seu processo de dominação social. Na atual conjuntura muitas profissões vêm sendo ocupadas pelas mulheres indígenas, inclusive na área da educação. Mesmo dentro das comunidades indígenas, tratam-se de espaços outros que não o doméstico, no papel exclusivo de dona de casa, mãe, cozinheira, ainda que, como a maior parte das mulheres no mundo, que acumulam tais funções. Fora das aldeias, algumas dessas mulheres alcançaram cargos políticos, sendo eleitas para representar o povo (MOLINA; RIBEIRO, 2023).

Dessa forma, a educação é uma ferramenta elementar e de empoderamento para as mulheres indígenas e seus direitos constitucionalmente garantidos, por meio de muitas e longas lutas e resistências, conforme expressam as autoras:

Em toda a história, nenhum direito foi conquistado sem lutas. Nesse caminhar, as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas estavam assentadas em políticas públicas que traziam em seus escopos claramente duas tendências: a primeira, de dominação por meio da integração e homogeneização cultural, e a segunda, de pluralismo cultural, conforme consta no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (LUCIANO; SIMAS; GARCIA, 2020, p. 576).

O acesso à educação para as mulheres indígenas, foi marcado por lutas coletivas por uma educação que seja pensada pelos indígenas e não somente para eles, mas que valorizam suas identidades, línguas, oralidade, cultura e diversidade, visando a construção de uma sociedade mais justa e plural. Isto exige a construção de uma educação crítica, voltada à necessidade de uma pedagogia voltada para a classe oprimida, cujo foco seja a sua emancipação a partir do pensamento crítico – compreendendo sua real condição social na luta por melhorias na situação (Freire, 2017) das etnias indígenas.

A criação de políticas públicas educacionais voltadas para os povos indígenas, tem possibilitado o acesso e a permanência da mulher indígena à educação básica e superior, sobretudo com destaque

para a atuação das mulheres no movimentos indígenas. Esse processo de obtenção de conhecimentos, mais especificamente o científico, é apontado na realidade dos indígenas em luta pela conservação de seus costumes, saberes e modos de vida, pois:

À medida que os indígenas se apropriavam dos saberes científicos, eles também se conscientizavam e se percebiam fora da escola eurocêntrica, que os distanciava dos seus modos próprios de vida. Era uma escola que ensinava a ser o outro (branco) e deixar de ser quem é (indígena) (LUCIANO; SIMAS; GARCIA, 2020, p. 579).

Molina e Ribeiro (2023) contribuem ao afirmar que a educação constitui-se em um caminho que dar visibilidade da mulher indígena. Uma mulher indígena estar na universidade representa um importante passo na luta da mulher indígena pela igualdade de direitos, uma resistência ao machismo que permeia as comunidades indígenas, colocando em evidência uma outra sujeita que não aquela que é esposa, mãe, dona de casa, artesã. Assim, a mulher indígena universitária representa uma vitória que conforta, que dá força para lutar, e uma luta que leva a algum lugar, lugar este almejado pelas mulheres indígenas aldeadas na figura de seus/suas filhos/as.

Mediante essa conscientização, as mulheres indígenas continuaram suas lutas e resistências diante das imposições que buscavam excluir e marginalizar suas vivências. Porém, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, seus direitos foram especificados nos artigos 210, 231 e 233, que se refere à saúde, à educação escolar e a uma escola diferenciada:

Dessa forma, a Constituição Federal (CF) de 1988 (Artigo 210), assegurou aos povos indígenas o direito a uma Educação Escolar Específica, Diferenciada, Intercultural, Bilíngue/multilíngue e Comunitária, que respeite os processos próprios de ensino-aprendizagem de cada povo. Precedentes para a construção da base legal subsequente que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Direitos que alicerçam a legislação educacional inclusiva com a diversidade, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996, seguida por Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), direcionados especificamente à educação escolar dos povos indígenas (LUCIANO; SIMAS; GARCIA, 2020, p. 580).

Neste sentido, as autoras salientam que os direitos dos povos indígenas e logo das mulheres indígenas não foram ganhos, mas sim conquistados através de lutas políticas e sociais. Contudo, as conquistas citadas permanecem perante um cenário de constantes ameaças, diante do avanço das forças conservadoras da extrema-direita e de todo ataque aos povos originários, além da ineficiente ajuda governamental no referido processo. Dentro desse escopo, a década de 1990 ganha destaque como o período em que mais direitos indígenas foram conquistados.

A década de 1990 foi marcada pelo início das primeiras conquistas, frutos da luta organizada, como as primeiras formações para os professores indígenas. O arcabouço jurídico pós-

constitucional possibilitou a criação de políticas e de programas diferenciados como os Territórios Etnoeducacionais e a Ação Saberes Indígenas na Escola, com propostas e formatos, cada vez mais, concatenados com os auspícios do movimento indígena para a consolidação da Educação Escolar Indígena (LUCIANO; SIMAS; GARCIA, 2020, p. 581).

Neste processo, que se inicia com a Constituição Federal de 1988 e vai até o ano de 2019, as autoras apresentam inúmeras conquistas legais que enfatizam o reconhecimento de uma educação pautada nas especificidades dos povos indígenas, como a língua, os saberes e o processo de ensino e aprendizagem originário. Com base nisso, o Estado brasileiro passou a se estruturar normativa e financeiramente para fornecer, na prática, as leis reconhecidas.

Sobre a presença feminina indígena no Ensino Superior, Ayres, Brando e Ayres (2023) refletem que as políticas públicas a partir da nova Constituição, a qual demarca o avanço na inclusão dos indígenas nesse nível de ensino. O projeto de Lei (PL) 7200/2006 aborda uma reforma educacional que busque modificar o ensino superior, possibilitando a formulação e implementação de ações afirmativas diversas, em especial no que concerne à inclusão social, porém, essa proposta ainda se encontra em tramitação e aguarda a apreciação do Plenário.

A educação indígena, nos diferentes níveis de ensino da educação básica ao ensino superior nesse delineamento se apresenta:

A Educação Indígena Intercultural aparece associada à educação bilíngue no ensino fundamental, mas logo se expande até o contexto da educação superior, por meio das Licenciaturas Interculturais Indígenas. Outras políticas de ações afirmativas como o ProUni e a “lei de cotas” ampliam a possibilidade de acesso ao ensino superior desse segmento, mas não seguem as mesmas premissas dos casos anteriores, uma vez que preveem a inclusão num sistema epistemológico e pedagógico, muitas vezes, heterogêneo a seu modo de vida originário. Do ponto de vista normativo, a Resolução CP/CNE 02/2017 reconhece explicitamente a necessidade de tratamento adequado pelos currículos escolares à temática da *diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica* (artigo 8º, § 2º, destaques das autoras) (Luciano; Simas; Garcia 2020, p. 589).

A política de inclusão pelas ações afirmativas é constitucional, conforme salienta Estácio (2015). No estado do Amazonas, a partir do ano de 2004, a lei estadual nº 2.894 determinou a oferta de vagas específicas, por curso, com número mínimo a ser preenchido pelos grupos étnicos indígenas amazonenses.

Ressalta-se que a Lei nº 2.894/2004, é entendida enquanto política social de ação afirmativa voltada para alcançar a igualdade de oportunidade entre pessoas, distinguindo e beneficiando grupos afetados por mecanismos historicamente discriminatórios, objetivando alterar, positivamente, a situação de desvantagem desses grupos [...]. Ou seja, as ações afirmativas são um conjunto de ações e orientações para proteger as minorias e os grupos que tenham sido discriminados no passado. Em termos práticos, as organizações devem agir positiva e afirmativamente para remover todas às barreiras, sejam elas formais, informais ou sutis [...] (Estácio, 2015, p. 5).

Além disso, o processo de tutela e assistencialismo oferecido aos grupos indígenas, as quais se destacam as mulheres indígenas na atualidade não se restringe a vitimar esses povos, mas sim reconhecer o processo histórico violento que vivenciaram na colonização. Nesse sentido, também é importante também ressaltar a participação de movimentos indígenas na conquista de reservas de vagas indígenas nas Universidades do Estado do Amazonas com destaque para a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Na UEA as ações de grupos como o Movimento dos Estudantes indígenas do Amazonas (Meiam) e a Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) tem sido fundamentais. Esses grupos participaram ativamente de diferentes atos, com reuniões e audiências públicas, em especial na Assembleia Legislativa do estado do Amazonas (Aleam). Tais ações foram promovidas pela Comissão de Assuntos indígenas, a qual, além das quotas, defendiam a criação de um fundo contábil para custear a manutenção dos indígenas na UEA. Entretanto, a única proposta aceita e aplicada na lei foi a de quotas, ou seja, só o ingresso, sem garantia de apoio à permanência (Estácio, 2015). Atrelado a isso, dialogando acerca da grande defasagem na permanência dos povos indígenas no ensino superior, observa-se que:

Os escassos dados sobre as possibilidades oferecidas aos estudantes indígenas para a permanência nas universidades, embora representem desafios para as instituições, apontam que a ênfase dos programas de ações afirmativas para indígenas, em um primeiro momento, tem sido no ingresso, tornando-se secundária a questão da permanência (BERGAMASCHI; DOEBBERI; BRITO, 2019, p. 39).

Desse modo, verifica-se que há uma grande lacuna na permanência de indígenas no ensino superior, ao passo que, mesmo com garantia de acesso, não se pode assegurar que eles chegarão a finalizar o curso. Nesse contexto, o perfil dos alunos é diferente, pois em muitos casos possuem idades mais avançadas e condições financeiras, culturais e históricas distintas das observadas com os demais alunos. Com isso, é necessário que as universidades receptoras desses estudantes ampliem suas ações, a exemplo da implementação de novas políticas públicas voltadas exclusivamente a esses sujeitos, como auxílios financeiros, bolsas e programas de monitoria (BERGAMASCHI; DOEBBERI; BRITO, 2019). Na seara tratada, apesar de haver a lei n.º 2.894/2004 a realidade apontada no estudo de Estácio enfatiza que:

O número de vagas oferecidas para os candidatos pertencentes às etnias indígenas, no período de 2005 a 2013, totalizaram 1.469, porém apenas 796 foram efetivamente preenchidas e, desse total, 54,19% dos alunos indígenas matriculados estão realizando cursos na capital. Da análise dos dados coletados, identificou-se que o não preenchimento de 673 vagas destinadas a

indígenas na UEA, o que representa 45,81% das vagas do Grupo 10 no período de 2005 a 2013, ocorreram, principalmente, não por ausência de candidatos inscritos e aprovados, mas pelo não comparecimento deles nas unidades acadêmicas da UEA para efetuarem suas matrículas e também por não conseguirem comprovar sua condição étnica por meio do Registro Administrativo de Nascimento e Óbito de Índios (Rani), razão que leva ao indeferimento da matrícula (ESTÁCIO, 2015, p. 6).

Diante disso, é indispensável salientar que, apesar das conquistas em termos legislativos especialmente no ensino superior, as lacunas para a garantia da permanência dos indígenas ainda são evidentes sobretudo no estado do Amazonas, que se destaca como o que possui o maior número dessa população étnica originária. Outro dado apontado é a ausência de comprovação étnica que acaba por redefinir a matrícula dos candidatos que não conseguem comprovar a etnia a qual pertencem e acabam perdendo a vaga.

No nível Federal de ensino, destaca-se a lei n.º 12.711/12 a qual, segundo Freire (2017), em relação à anterior, passa a estabelecer a aplicação indiscriminada de ações afirmativas nas IES públicas federais, estaduais e municipais. Apesar de haver outras no formato de políticas públicas, desde 2002, essas demarcam diferentes desenhos institucionais no que se refere à pluralidade de concepção e implementação. Com base nisso, sabe-se que, “antes da Lei Federal nº 12.711/2012, cerca de 50 instituições de ensino superior desenvolviam políticas de ingresso de estudantes indígenas por meio de licenciaturas interculturais, ou vagas reservadas ou suplementares” (BERGAMASCHI; DOEBBERI; BRITO, 2019, p. 39).

Os autores ainda enfatiza que as ações afirmativas no caso da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), não se aplicam somente a estudantes indígenas, mas a pretos e pardos. Essas têm se mostrado relevantes, essencialmente no que tange às Ações Afirmativas para ingresso na pós-graduação *Stricto Sensu*, mediante à Resolução nº 010/2016, cujo foco é aa inclusão de pretos, pardos e indígenas na Universidade.

Por conseguinte, outra política benéfica para os povos indígenas que vem contribuindo para uma maior inserção no ensino superior é abordada por Luciano, Simas e Garcia (2020, p. 589):

Um dos resultados estruturantes trazidos pelo gradativo regramento da Educação Escolar Indígena, pós Constituição de 1988, foi a emergência do movimento articulado de professores indígenas, aliado ao movimento maior dos povos indígenas. Esse movimento criou condições para o surgimento das primeiras escolas indígenas diferenciadas. Elas, por sua vez, buscam pôr em prática os processos político-pedagógicos a partir das realidades sócio-históricas dos distintos povos. São escolas com projetos político-pedagógicos próprios com autonomia na gestão administrativa, política e pedagógica.

Logo, a partir da utilização de suas línguas no processo de ensino e aprendizagem no ensino básico, considerando o artigo 210, § 2º, passa-se a respeitar e incluir as especificidades local e ancestral

dos povos originários. No nível superior, a UFAM, institucionalizou a política linguística por meio da resolução nº28/2018, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Essa política vem sendo coordenada pela Faculdade de Letras (Flet/UFAM) e conta com o Comitê de Política Linguística (CPL/UFAM) e o Núcleo de línguas e idiomas (Nucli/IsF).

Através dessa conquista, os estudantes passam a optar por defender suas monografias em suas línguas nativas, evidenciando um direito que quebra padrões segregacionistas que os acompanham desde o período colonial sob a repressão e o silenciamento de suas originalidades, tendo em vista uma ciência europeia que domina o epicentro de saberes científicos mundial.

Apesar dos avanços, as mulheres indígenas ainda enfrentam desafios significativos para permanecer no espaço acadêmico. Fatores como preconceito, falta de apoio institucional, dificuldades financeiras e a distância de suas comunidades de origem impactam negativamente sua trajetória educacional.

Por outro lado, a entrada das mulheres indígenas na docência por exemplo de escolas indígenas, representa um avanço significativo nas conquistas das mulheres indígenas brasileiras e amazônicas. Essa mudança não apenas a quebra de barreiras históricas, mas também a valorização do papel feminino. Nesse cenário, a presença feminina na educação indígena cresce de forma constante, com mulheres assumindo responsabilidades fundamentais no cotidiano escolar. Elas atuam de maneira ativa em todos os setores da escola, contribuindo para o fortalecimento da educação escolar indígena.

## 5 CONCLUSÃO

Este artigo busca refletir sobre o papel das mulheres indígenas na Amazônia, com ênfase nos saberes ancestrais e o protagonismo que exercem na luta por educação como forma de resistência social, cultural e política.

A pesquisa bibliográfica foi importante para compreender essas questões históricas é elementar para entender os mecanismos de opressão mulheres indígenas na sociedade de classes, mas também evidenciar seu papel e protagonismo na luta dos povos indígenas. A problematização do papel da mulher indígena, é recente e ainda carece de novas investigações.

Os resultados revelam que as mulheres indígenas desde os processos de colonização e ocupação territorial brasileira, enfrentam múltiplas formas de violência de gênero, étnica, simbólica, etc. Entretanto estas desempenham papéis fundamentais na organização social, na divisão do trabalho, na cultura e transmissão de saberes ancestrais; bem como na preservação das identidades indígenas.

Ao evidenciar o protagonismo das mulheres indígenas na luta pela educação formal, ficou evidente que esta tem sido uma ferramenta estratégica de resistência e afirmação em defesa de seus territórios, línguas, culturais, história, ancestralidades, modos de vida, e direito de existir.

Na Amazônia que sofre com o avanço e exploração do capital sob a região, cujo projeto continua expropriando a natureza e todas as formas de vida, a luta das mulheres indígenas, entre elas pela educação formal tem sido extremamente necessárias como a principal força da resistência a todas as formas de opressão e fortalecimento das comunidades amazônicas.

#### **AGRADECIMENTOS**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. B. B; BUECKE, J. E. O. A educação no Brasil colonial: revisão bibliográfica e caminhos para pesquisas na Amazônia. **História da Educação**, v. 24, p. e95977, 2020.

ARAÚJO, L. M; JUNIOR, Silva; UBIRACI, A J. Mulheres Tuyuka Na Pandemia: asas filhas da cobra grande e a resistência da agricultura familiar. In: TORRES, I. C; ANDRADE, A. O (orgs.). **Vozes Femininas na Amazônia: Ecofeminismo, Trabalho, Educação e Violência Doméstica**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

ARENZ, Karl Heinz; GAIA, Stefanie Leão. Mulheres indígenas em narrativas jesuíticas da Amazônia portuguesa (SÉCULO XVII-XVIII). **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 394-413, 2019. DOI: 10.18224/hab.v17i2.7552

ESTÁCIO, Marcos. **A Presença Indígena no Ensino Superior**: a experiência da universidade do estado do Amazonas. Trabalho apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

LUCIANO, R. R; SIMAS, H. C. P; GARCIA, F. M. Políticas públicas para indígenas: da educação básica ao ensino superior. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 11, n. 32, p. 571-605, 2020.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2016 - Série manuais acadêmicos.

MOLINA, K; RIBEIRO, P. R. C. “LUGAR DE INDÍGENA É ONDE ELA QUISER!”: UM ESTUDO COM MULHERES INDÍGENAS UNIVERSITÁRIAS. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 72, p. 130-147, 2023. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-70432023000400130&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432023000400130&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em: 08 maio 2025. Epub 06-Maio-2024. <https://doi.org/10.21879/faebea2358-0194.2023.v32.n72.p130-147>.

SILVA, M. C. **Metamorfoses da Amazônia**. 1997. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1997.

SOUZA, C. V. T.; COLARES, A. Amazônia brasileira: educação e contexto. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, [S. l.], v. 7, n. 01, 2022. DOI: 10.29280/rappge.v7i01.10633. Disponível em: //www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/10633. Acesso em: 8 maio. 2025. TORRES, Iraildes Caldas. A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia. **Revista estudos feministas**, [S. l.], v. 15, p. 469-475, 2007.

TORRES, I. C. **As novas amazônidas**. Manaus: EDUA. 2005.

TORRES, I. C; SILVA; REIS, T. R. por um pensamento ecológico e decolonialdecolonial: saberes ancestrais e agenciamento político de mulheres indígenas na Amazônia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 28, n. 1, p. 265-273, 2024.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.